

JOÃO COLOMBO AGRÍCOLA S.A.

CNPJ(MF) nº 35.881.104/0001-37

RELATÓRIO DA DIRETORIA

o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras, relativos aos exercícios sociais findos em 31 de março de 2022 e 31 de março de 2021. Permanecemos à disposição de Vossas Senhorias, para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Ariranhá-SP, aos 25/06/2022. A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)				DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)					
Ativo	Nota	2022	2021	Passivo	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021	Nota	2022	2021
Circulante				Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	5	26.207	15.790	Fornecedores		3	-	Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Contas a receber de clientes	6	2.843	4.751	Impostos e contribuições a recolher		4	97	Resultado do exercício				26.679	20.259
Total do ativo circulante		29.050	20.541	Imposto de renda e contribuição social a recolher	9	83	140	Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa					
Não circulante				Salários e encargos a recolher		19	-	Imposto de renda e contribuição social correntes				868	640
Propriedade para investimento	8	419.924	419.924	Dividendos a pagar	13	7.539	4.811	Variações nos ativos e passivos					
Imobilizado	7	5.598	5.598	Outras obrigações		1	-	Contas a receber				1.092	(3.839)
		425.522	425.522	Total do passivo circulante		7.650	5.049	Fornecedores				3	-
				Passivo fiscal diferido	9	100.758	100.758	Tributos a recolher				(83)	(443)
				Total do passivo não circulante		100.758	100.758	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				28.550	16.617
				Patrimônio líquido	10			Imposto de renda e contribuição social pagos				(925)	-
				Capital social		129.176	129.176	Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais				27.625	16.617
				Reservas de lucros		21.399	15.490	Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
				Ajustes de avaliação patrimonial		195.589	195.589	Dividendos pagos				(17.208)	(828)
				Total do patrimônio líquido		346.164	340.255	Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos					
				Total do passivo e patrimônio líquido		454.572	446.062	Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa				10.417	15.789
Total do ativo		454.572	446.062					Demonstração do aumento do caixa e equivalentes de caixa					
								No início do exercício				15.790	1
								No fim do exercício				26.207	15.790
								Aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa				10.417	15.789
								As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)						
	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de março de 2020	122.697	44	621	162.533		285.895
Distribuição de dividendos com reservas	-	-	(621)	-	-	(621)
Incorporação de parte do acervo líquido da Colombo Agroindústria	6.479	-	-	33.056	-	39.535
Resultado do exercício	-	-	-	-	20.259	20.259
Reserva Legal	-	1.013	-	-	(1.013)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(4.812)	(4.812)
Reserva para retenção de lucros	-	-	14.434	-	(14.434)	-
Saldos em 31 de março de 2021	129.176	1.057	14.434	195.589		340.255
Distribuição de dividendos com reservas	-	-	(14.433)	-	-	(14.433)
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.679	26.679
Reserva Legal	-	1.334	-	-	(1.334)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(6.337)	(6.337)
Reserva para retenção de lucros	-	-	19.008	-	(19.008)	-
Saldos em 31 de março de 2022	129.176	2.391	19.009	195.589		346.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional: A João Colombo S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na cidade de Ariranhá/SP, pertencente ao Grupo Colombo (Angélica Colombo Participações S.A.). A Companhia tem como objetivo principal a gestão patrimonial das terras do Grupo Colombo e a parceria agrícola com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A., visando o fornecimento de cana-de-açúcar para o Grupo. Toda a receita da Companhia é com sua parte relacionada Colombo Agroindústria S.A., portanto essas demonstrações financeiras devem ser lidas nesse contexto. Os negócios no setor sucroalcooleiro estão sujeitos às tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar. O plantio de cana-de-açúcar requer um período de até 18 meses para a maturação e início de colheita. O período anual de safra da companhia inicia em abril e termina até dezembro. A Companhia é controlada pela holding Angélica Colombo Participações S.A. com participação de 98,20% no capital votante. **1.1 Impacto do Coronavírus (COVID-19):** Com o início da pandemia do novo coronavírus (Covid-19) diversas medidas de isolamento social e prevenção foram estabelecidas por diversos países. A Companhia, preocupada em garantir o bem-estar a saúde e a integridade de seus colaboradores bem como a segurança e a continuidade de suas operações essenciais, implementou um plano de contingência com várias ações em todos os seus setores mantendo contato próximo com autoridades, fornecedores, clientes e demais partes interessadas nas atividades da companhia, além de promover ações sociais nas comunidades às quais suas unidades estão inseridas. A totalidade dos impactos da Covid-19 em todas as operações da Companhia, bem como em seus resultados, condição financeira e de fluxo de caixa são altamente incertos, por dependerem de diversos elementos futuros que não podem ser previstas com razoável certeza no momento da divulgação dessas demonstrações financeiras. Neste contexto, apresentamos as principais ações tomadas pela Companhia na mitigação dos impactos da pandemia em todos os aspectos de sua operação. Até a data de 31/3/2022 a Companhia não sofreu nenhum impacto relevante nas demonstrações financeiras. **(i) Premissa da continuidade operacional:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas considerando o pressuposto de continuidade operacional de todos os seus negócios. **(ii) Estimativa de perdas com créditos:** A Companhia avalia de forma constante os limites de crédito e o risco de default junto aos seus clientes. Nesse período de pandemia não foi identificado questões relevantes de inadimplência e/ou dificuldades financeiras de seus clientes, o que faz com que a Companhia mantenha sua premissa de estimativa de perdas esperadas com créditos. **(iii) Liquidez:** A Companhia, antes mesmo do início da pandemia, já mantinha a estratégia de gerenciamento financeiro de sua liquidez, através da manutenção do saldo de caixa e equivalentes de caixa. Nesta safra a Companhia aprimorou seus controles financeiros e está atualizando suas projeções semanalmente para garantir que o caixa não seja impactado de forma relevante. **(iv) Compromissos contratuais:** Nesta data não há execução nem contra e nem a favor da Companhia em relação aos seus contratos. **2. Base de preparação. Declaração de conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 21/6/2022. Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na Nota Explicativa nº 04. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário. **a. Receita operacional:** A Companhia segue a estrutura conceitual da norma para reconhecimento da receita que é baseada no modelo de cinco etapas: (i) identificação de contratos com clientes; (ii) identificação de desempenho nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho prevista nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida. A receita é reconhecida quando não há mais obrigação de desempenho para ser atendida pela Companhia, portanto, quando o controle dos produtos é transferido ao cliente e este tem a capacidade de determinar o seu uso e obter substancialmente todos os benefícios do produto. **b. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia adota a tributação com base no lucro presumido, em regime de competência, para cálculo do imposto corrente. A base de cálculo para apuração do imposto de renda corresponde a 8% de suas receitas operacionais. Para a apuração da contribuição social sobre o lucro líquido, a base de cálculo representa 12% das referidas receitas. Sobre estas bases somam-se ainda as outras receitas operacionais (preponderantemente as receitas financeiras). O imposto de renda e a contribuição social do período corrente é calculado com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro presumido tributável para imposto de renda e 9% sobre o lucro presumido tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes pelo regime de apuração pelo lucro presumido. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **c. Imobilizado. (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment). As terras compreendem as fazendas onde são desenvolvidas as atividades agrícolas. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **(ii) Custos subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. **d. Instrumentos financeiros. (i) Reconhecimento e mensuração inicial:** O contábil a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contábil a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo por meio de resultado (VJR), acrescido, para um item não mensurado ao VJR os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contábil a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **(ii) Classificação e mensuração subsequente:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia

mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia e suas controladas podem designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaimento contábil que de outra forma surgiria. **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** A Companhia realiza uma avaliação do carteira do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento amortizado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. **(iii) Desreconhecimento. Ativos financeiros:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **Reforma da taxa de juros:** Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia e suas controladas atualizam a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Uma mudança na base para determinar os fluxos de caixa contratuais é exigida pela reforma da taxa de

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2022 E 2021 (Em milhares de Reais)			
	2022	2021	
Lucro líquido do exercício	26.679	20.259	
Resultado abrangente total	26.679	20.259	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Juros de referência se as seguintes condições forem atendidas: - a mudança é necessária como consequência direta da reforma; e - a nova base para determinar os fluxos de caixa contratuais é economicamente equivalente à base anterior - ou seja, a base imediatamente anterior à mudança. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais. (iv) Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e líquido ou passivo simultaneamente.			

e. Propriedades para investimento: A propriedade para investimento é reconhecida pelo custo. Ganhos e perdas na alienação de uma propriedade para investimento (calculado pela diferença entre o valor líquido recebido na venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado. Quando uma propriedade para investimento anteriormente reconhecida como ativo imobilizado é vendida, qualquer montante reconhecido em ajuste de avaliação patrimonial é transferido para lucros acumulados. **f. Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º/4/2022. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras. **a) Contratos Onerosos - custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25):** As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º/1/2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. A Companhia determinou que todos os contratos existentes em 31/3/2021 serão concluídos antes das alterações entrarem em vigor. **b) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32):** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1º/1/2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisam ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio líquido. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado. A Companhia contabiliza impostos diferidos sobre arrendamentos e passivos de custos de desmontagem aplicando a abordagem "integralmente vinculada", com efeito em resultado semelhante ao das alterações, exceto que os impactos dos impostos diferidos são apresentados líquidos no balanço patrimonial. De acordo com as alterações, a Companhia reconhecerá um imposto diferido ativo e um imposto diferido passivo. **c) Outras normas:** Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia: - Revisão anual das normas IFRS 2018-2020; - Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27); - Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15); - Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26); - CPC 50 - Contratos de Seguros; - Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26); e - Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

5. Caixa e equivalentes de caixa			
	2022	2021	
Caixa e bancos	1	-	
Aplicações financeiras	26.206	15.790	
Total	26.207	15.790	

As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez, são praticamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remunerados a taxa de 100% a 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) (101% a 135% em 31/03/2021).

6. Contas a receber de clientes			
	2022	2021	
Contas a receber - Mercado interno (Nota 15)	2.843	4.751	
Total	2.843	4.751	

A composição dos valores a receber por vencimento é a seguinte:

	2022	2021	
Valores a vencer	2.843	4.751	
Total	2.843	4.751	

7. Imobilizado			
	2021	Adições	2022
Custo	5.598	-	5.598
Outras Imobilizações (i)	5.598	-	5.598
Total	11.196		11.196
Custo	2020	Adições	2021
Outras Imobilizações	5.598	-	5.598
Total	5.598		5.598

(j) Florestas em formação: gastos incorridos para a implementação das medidas de gestão ambiental ligados exclusivamente a proteção, preservação e recuperação ambiental.

8. Propriedades para investimento			
	2021	Adições	2022
Terras	419.924	-	419.924
Total	419.924		419.924

9. Imposto de renda e contribuição social			
	2020	Incorporação	2021
Terras	363.361	56.563	419.924
Total	363.361	56.563	419.924

Propriedades para investimento refere-se a terras que são utilizadas em conjunto com a parte relacionada Colombo Agroindústria S.A. para a produção de cana-de-açúcar. Referida operação é realizada na modalidade de Parceria Agrícola. O atual contrato de parceria tem vigência de 30 anos. O valor justo das propriedades para investimento em 31/3/2022 é de R\$ 855.532 (558.936 em 31/3/2021). A Companhia efetua análise de recuperabilidade das suas propriedades para investimento a fim de identificar possíveis indicadores de perda. Em 31/3/2022, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável, desta forma, não foram registradas perdas por análise de valor recuperável. **a. Bens dados em garantia:** A Companhia cedeu em garantia de operações de crédito de sua coligada Colombo Agroindústria S.A. 13,1 mil hectares de suas terras. **9. Imposto de renda e contribuição social. (a) Diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e de passivos e seu respectivo valor contábil.

Imposto de renda e contribuição social diferidos			
	2021	Adições	2022
Mais valia das propriedades agrícolas	100.758	-	100.758
Imposto diferido	100.758		100.758
Mais valia das propriedades agrícolas	83.730	17.028	100.758
Imposto diferido líquido	83.730	17.028	100.758

(b) Corrente: As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos correntes apurados com base no lucro presumido. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço em que a Companhia gera faturamento tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes retidos na fonte excedem o total devido na data do balanço. A Companhia é optante

RELATÓRIO DOS AUD